

ELEMENTAR, MEU CARO DURKHEIM! Reflexões sobre Sociologia e Romance policial

Marco Antonio de Almeida

A intenção deste texto é a de analisar comparativamente a sociologia "positiva" e a literatura policial clássica, tomando como modelos a obra de Durkheim, por um lado, e as aventuras do personagem Sherlock Holmes, por outro, apoiando-se no pressuposto de que ambas, além de terem sido contemporâneas, também partilharam um mesmo "imaginário". Por imaginário entendemos o quadro referencial que fornece padrões e modelos para a estruturação de visões de mundo (sejam científicas, artísticas ou de senso comum). Esses quadros de referência modificam-se cultural e historicamente, mas, apesar da sua amplitude, podem ser definidos em suas linhas gerais em função de uma cultura e de um período histórico determinado. Em nosso caso, trata-se da Europa em meados e final do século XIX, cujo imaginário tinha como palavras-chave a ordem, o progresso e a moral, estruturadas pelo discurso da Razão e da Ciência. Acreditamos que este recorte justifica a escolha de nossos objetos: a sociologia "positiva", que de Comte a Durkheim utilizou-se destes conceitos-chave para estruturar-se como ciência, e o romance policial, que juntamente com a ficção científica e em certa medida o naturalismo, procurava transpor algumas das diretrizes do método científico para a literatura.

Nosso interesse, entretanto, não se limita apenas a uma simples comparação que demonstrasse a identidade comum entre sociologia e romance policial em relação a um mesmo imaginário comum. Acreditamos que a análise de um objeto pode ajudar a entender melhor o outro, e o que procuraremos demonstrar através dessa análise comparativa são as contradições des-

tes objetos, sejam elas internas — em relação à seus próprios discursos — sejam elas externas — em relação a um imaginário e a um universo conceitual que vivia um importante momento de transformação.

I — Na tentativa de descobrir as filiações da literatura policial, muitos estudos recuam até a tragédia grega, apontando a investigação sobre a morte de Laio em *Édipo Rei* como o primeiro exemplo de investigação detetivesca. Outros, mais modestos, filiam a literatura policial à literatura gótica, ou mais contemporaneamente, ao folhetim. Há quem cite o conto *Zadig* de Voltaire como exemplo e precursor do modelo dedutivo aplicado à literatura policial. O consenso, porém, estabelece-se num ponto: todos são unânimes em afirmar que o “pai” da novela policial é Edgar Allan Poe, com seu personagem Dupin.

Poe apresenta, pela primeira vez,

“o conto policial como um gênero intelectual, como um gênero baseado em algo totalmente fictício. O fato é que um crime é desvendado por alguém que raciocina de forma abstrata e não com base em delações, ou em descuidos cometidos pelos criminosos.”¹

A presença do rigor científico na obra de Poe não se manifesta somente no conteúdo, mas também na forma. As diretrizes dadas à sua escritura, esboçadas em *Método de Composição*, transformam vários de seus contos, como aponta Júlio Cortázar, em verdadeiras “máquinas literárias”; em relação aos protagonistas,

“se se trata de um Dupin, de um Hans Pfaal, de um Legrand, não são a rigor seres humanos, e, sim, máquinas pensantes e atuantes, autômatos como aqueles de Maelzel, que Poe tão agudamente analisou...”²

Temos aqui, basicamente, a aplicação do método científico à literatura. Um personagem — “uma máquina pensante” — através da leitura de índices via intelecto e por inferências lógicas,

1. Borges, Jorge Luis: “O Conto Policial” in *Cinco Visões Pessoais*, Brasília, ed. UNB, 1985, p. 38.
2. Cortázar, Julio: “Poe: O Poeta, O Narrador, O Crítico” in *Valise de Cronópio*, S. Paulo, ed. Perspectiva, 1974, p. 109.

resolve enigmas aparentemente insolúveis. O crime transforma-se numa equação cuja solução deve ser demonstrada ao leitor. Entretanto, crimes envolvem pessoas; como comporta-se Dupin em relação a elas?

“Entre as inferências e raciocínios de Dupin, estão aqueles que dizem respeito aos pensamentos e sentimentos dos outros personagens, inferências sempre brilhantes e rigorosas que, já vimos, são produtos da crença do século passado no ‘homem como uma máquina desmontável’, como um ser que raciocina segundo alguns princípios universais como semelhança, contiguidade e contraste, e aquele que dominar estas leis pode então deduzir, através de índices, os pensamentos e sentimentos alheios.”³

A criação do detetive como uma máquina pensante, desvinculada do aparelho policial oficial, a importância do raciocínio lógico e formal para a solução de problemas que aparentemente fogem do padrão considerado normal são os fundamentos básicos esboçados por Poe e que irão nortear o desenvolvimento do gênero policial; novas temáticas e características serão incorporadas, sem contudo alterar o “tipo ideal” esboçado por Poe.⁴ Através destes desenvolvimentos chegaremos à figura emblemática por excelência do romance policial: Sherlock Holmes. Criação de Artur Conan Doyle, Holmes aparece em público pela primeira vez no romance *Um Estudo Em Vermelho*, de 1887, seguido em 1890 por *O Signo Dos Quatro*. Mas é só a partir de 1892, com os contos reunidos em *As Aventuras De Sherlock Holmes*, que o personagem passa a ser amplamente conhecido. Holmes, ao contrário de Dupin, não é um iluminado do raciocínio abstrato; é, antes de mais nada, o homem das observações cuidadosas, do silogismo, das deduções lógicas. É um perito que não quer adivinhar nem dar saltos no

3. Reimão, Sandra Lúcia: *O Que É Romance Policial*, S. Paulo, ed. Brasiliense, 1983, pp. 21-22. Voltaremos ao tema posteriormente.

4. Intencionalmente omitimos a questão do normal e do patológico em Poe, na caracterização das figuras do criminoso e do detetive, em primeiro lugar pelo fato desta caracterização ocupar pouquíssima relevância em seus contos puramente policiais e, em segundo lugar, pela complexidade da personalidade do autor: “Com igual liberdade, igual impulso criador e igual técnica literária, um Hawthorne escreve narrativas de homem normal, e Poe, narrativas de homem anormal.” in Cortázar, op. cit., p. 112. Por esses motivos, Conan Doyle é uma figura literária mais adequada ao que nos propomos analisar, por escrever narrativas de homem “normal”.

escuro. Se para Dupin, sabedor dos fatos por intermédio de terceiros basta sentar e raciocinar, para Holmes, ao contrário, torna-se necessária na maior parte das vezes sua presença física na cena do crime, debruçando-se sobre impressões digitais, cinzas, pegadas etc. Poderíamos dizer que Holmes está para Dupin assim como Durkheim está para Comte. A crítica ao antecessor é praticamente a mesma em ambos — a de que eles apontaram o caminho, mas perderam-se em generalidades por não se restringirem aos fatos, por permanecerem ainda no reino abstrato das idéias.⁵

II — Durkheim, preocupado com o rigor metodológico da então emergente sociologia, compila em 1895 *As Regras Do Método Sociológico*, procurando fornecer um status verdadeiramente científico à disciplina. Conan Doyle, por sua vez, no esforço de dar verossimilhança ao personagem Sherlock Holmes, recheia seus livros com várias informações científicas ou pseudo-científicas sobre o rigor e a lógica da investigação criminal — assim, não por acaso, o segundo capítulo de *Um Estudo em Vermelho* e o primeiro de *O Signo dos Quatro* terão o mesmo título: “A Ciência da Dedução”. A semelhança entre as regras de Durkheim e as regras “sherlockianas” é, em muitos casos, espantosa.

Fenômenos sociais (para Durkheim) e crime (para Holmes) são os objetos aos quais devem ser aplicadas regras para o seu estudo preciso. Para Durkheim,

“A primeira regra e a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como coisas (. . .). Tratar dos fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência”.⁶

5. Durkheim: “Até agora, a sociologia tem tratado mais ou menos exclusivamente, não das coisas, mas dos conceitos. De fato, Comte proclamou que os fenômenos sociais são fatos naturais, submetidos a leis naturais. Reconheceu assim, o seu caráter de coisas, visto que na natureza só há coisas. Mas quando, ao sair destas generalidades filosóficas tenta aplicar o seu princípio e extrair dele a ciência que nele estava contida, acaba por tomar as idéias como objeto de estudo.” in *As Regras Do Método Sociológico* in Giannotti, J. A. (org.): *Os Pensadores — Durkheim*, S. Paulo, ed. Abril, 1978, p. 96.

Holmes: — “Bem, na minha opinião, Dupin era um tipo bastante inferior. Aquele seu truque de interromper os pensamentos do amigo com comentário oportuno, após um silêncio de quinze minutos, além de espalhafatoso, é superficial. Não duvido que ele tivesse um certo dom analítico, mas de modo algum era o fenômeno que Poe parecia imaginar.” in *Um Estudo em Vermelho*, Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1989, p. 17.

6. Durkheim, op. cit., pp. 94-100.

Como corolário da regra precedente, decorre que

“É necessário afastar sistematicamente todas as noções prévias. Torna-se necessário uma demonstração especial desta regra, pois resulta de tudo o que anteriormente dissemos. Constitui aliás, a base de todos os métodos científicos.”⁷

Proposições semelhantes são feitas por Holmes. Em *Um Estudo em Vermelho*, ele adverte a Watson:

— “Por enquanto ainda não dispomos de dados — respondeu ele. — É um erro capital formular teorias antes de contarmos com todos os indícios. Pode prejudicar o raciocínio.”⁸

Advertência reforçada no conto *Um Escândalo na Boêmia*:

— “Não tenho os fatos ainda. É um erro grave formular teorias antes de obter os fatos. Sem querer, começamos a torcer os fatos para se adaptarem às teorias, em vez de formular teorias que se ajustem aos fatos.”⁹

Afastadas as noções prévias, os pré-conceitos, resta determinar como se dará a abordagem do objeto. Para Durkheim, é necessário

“Tomar sempre para objeto de investigação um grupo de fenômenos previamente definidos por certas características exteriores que lhes sejam comuns, a incluir na mesma investigação todos os que correspondam a esta definição (...). Quando, portanto, o sociólogo empreende a exploração de uma qualquer ordem de fenômenos sociais, deve esforçar-se por considerá-los sob um ângulo em que eles se apresentem isolados de suas manifestações individuais.”¹⁰

7. Idem, p. 102.

8. Doyle, Conan, op. cit., p. 21.

9. Doyle, Conan: *As Aventuras De Sherlock Holmes*, Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1989, p. 11.

10. Durkheim, op. cit., pp.104-109.

Como exemplo, Durkheim dá-nos o seguinte:

“Pretende-se classificar as diferentes espécies de crimes? Tentamos reconstruir as maneiras de viver, os costumes profissionais usados nos diferentes mundos do crime, e definamos tantos tipos criminológicos quantas as formas diferentes apresentadas por esta organização.”¹¹

Método que Holmes já seguia à sua própria maneira, quando afirma que

“Em geral, quando tenho alguma indicação do curso dos acontecimentos, posso guiar-me pelos milhares de casos semelhantes que me vêm à memória.”¹²

Este pendor classificatório implica porém num obstáculo de ordem prática, que se refere à quantidade de dados postos em questão, transformando o conhecimento num verdadeiro enciclopedismo. Comte já havia percebido isto, e a constatação foi a divisão do trabalho intelectual nas diversas modalidades da ciência visto ser impossível agora o ideal do sábio iluminista de um Leonardo da Vinci, por exemplo.¹³ É conformando-se a esse tipo de raciocínio que Holmes observa a Watson:

“Para levar a arte a seu posto mais alto, entretanto, e necessário que o raciocinador tenha a capacidade de utilizar todos os fatos que vieram ao seu conhecimento, e isso em si implica, como você mesmo facilmente verá, a posse de todos os conhecimentos, o que mesmo nessa época de educação gratuita e enciclopédica, é um feito bastante raro. Não é de todo impossível, entretanto, que um homem possua todos os conhecimentos que podem ser úteis a ele em seu trabalho, e é isso que procurei fazer, no meu caso.”¹⁴

Talvez o mais importante fator na discussão metodológica consiste na presença da subjetividade. Em Durkheim,

11. *idem*, p. 109.

12. Doyle, Conan: *As Aventuras de Sherlock Holmes*, p. 28.

13. vide *Curso de Filosofia Positiva*, lição 1, item VII, in Giannotti, J. A. (org.): *Os Pensadores — Comte*, São Paulo, ed. Abril, 1983.

14. Doyle, Conan: *As Aventuras de Sherlock Holmes*, p. 87.

“a ciência, para ser objetiva, deve partir da sensação e não dos conceitos que se formaram sobre ela. É aos dados sensíveis que ela deve pedir os elementos das suas definições iniciais (. . .). Mas a sensação é facilmente subjetiva (. . .). Uma sensação é tanto mais objetiva quanto mais definido estiver o objeto a que diz respeito, porque a condição de toda a objetividade é a existência de um ponto de referência, constante e idêntica, com o qual a representação pode ser relacionada e que permite eliminar tudo o que ela tiver de variável, logo, de subjetivo.”¹⁵

O que leva novamente ao “afastamento das noções prévias”, empurrando-nos em direção ao paradigma classificatório. Acreditamos porém que o que Durkheim propõe não é apenas um preceito metodológico — é toda uma atitude, um comportamento praticamente ascético por parte do sociólogo para criar o necessário estado de neutralidade científica que lhe permitiria cumprir seu papel, chegando a soar quase como messiânico:

“Cremos, pelo contrário, que chegou o momento de sociologia renunciar aos sucessos mundanos, por assim dizer, e tomar o caráter esotérico que convém a todas as ciências. Ganhará assim em dignidade e autoridade o que talvez perca em popularidade. Porque, enquanto estiver misturada com as lutas de partidos e se contentar com a elaboração de idéias comuns, apenas um pouco mais lógica do que o habitual, e, por conseguinte, não supondo qualquer competência específica, a sociologia não tem o direito de falar suficientemente alto para calar as paixões e os preconceitos. Seguramente vem ainda longe o tempo em que ela poderá desempenhar esse papel eficazmente; no entanto, é para aprontá-la para o desempenhar um dia que precisamos, desde já, trabalhar.”¹⁶

As atitudes de Holmes em relação às emoções e seus efeitos podem ser observadas em três trechos que selecionamos. O primeiro é uma observação de Watson a respeito de seu ex-cêntrico companheiro:

“Nunca se referia às paixões sem zombar e escarnecer delas. Eram admiráveis para o observador, exce-

15. Durkheim, op. cit., p. 108.

16. idem, p. 161.

lentes para arrancar o véu que encobre as motivações e as ações dos homens. Mas para um raciocinador treinado admitir estas intrusões em seu temperamento delicado e precisamente ajustado seria o mesmo que introduzir um fator perturbador que poderia pôr em dúvida todas as suas conclusões racionais.”¹⁷

As observações seguintes são do próprio Holmes:

— “É de primeira importância, disse ele, não permitir que o nosso julgamento seja torcido por qualidades pessoais. Para mim um cliente é uma simples unidade, um fator num problema. As qualidades emotivas não se coadunam com um raciocínio claro.” Finalmente, “. . . o amor é uma coisa emotiva, e o que quer que seja emotivo é contrário a esse raciocínio frio e correto que ponho acima de tudo.”¹⁸

Donde se observa que a neutralidade científica e uma atitude ascética em relação às emoções também desempenham um importante papel para Holmes em suas jornadas nas sendas do crime.

III — Consideradas as formas de aproximação ao objeto, resta falar dele propriamente. Tomamos o crime por objeto. Em *Da Divisão do Trabalho Social*, ao analisar o crime e a legislação a ele ligada, Durkheim distingue dois tipos de leis ou sanções: repressivas e retributivas. As sanções do primeiro tipo estariam ligadas a fortes estados da consciência coletiva, em sociedades onde a solidariedade mecânica é predominante, e se caracterizariam pela preocupação basicamente voltada para o castigo e a punição do criminoso. Já as sanções do segundo tipo, retributivas, estariam menos preocupadas com a punição do crime e mais com o restabelecimento do estado de direito por ele alterado, procurando restaurar o estado das coisas existentes antes da transgressão da lei. Durkheim detectaria a tendência cada vez maior, com o desenvolvimento das sociedades, do segundo tipo de sanções sobrepor-se ao primeiro, em função do aumento da divisão social do trabalho e da solidariedade orgânica a ele ligada. Apesar de afirmar que um resíduo da lei repressiva ne-

17. Doyle, Conan: *As Aventuras de Sherlock Holmes*, p. 9.

18. Doyle, Conan: *O Signo Dos Quatro*, S. Paulo, ed. Melhoramentos, 1988, pp. 21-138.

cessita continuar existindo, ele abre espaços com este raciocínio para uma dúvida, segundo Giddens:

“Teria Durkheim subentendido que a consciência coletiva acaba desaparecendo quando a solidariedade mecânica é substituída pela orgânica, ou teria ele querido identificar as mudanças distintivas que ocorrem ao caráter dos códigos morais na sociedade contemporânea?”¹⁹

Durkheim retoma o assunto em *As Regras Do Método Sociológico*, alterando um pouco seu raciocínio. Apesar de afirmar que,

“Se há um fenômeno cujo caráter patológico parece incontestável é sem dúvida o crime”²⁰,

por outro lado este fenômeno reveste-se de um caráter *normal*, pois

“Em primeiro lugar, o crime é normal porque uma sociedade que estivesse livre dele é impossível”²¹;

e, mais do que isso, o crime é *necessário*

“está ligado às condições fundamentais de qualquer vida social, e precisamente por isso é útil; porque estas condições a que está ligado são indispensáveis para a evolução normal da moral e do direito.”²²

Esta análise, à primeira vista, parece contraditória ou moralmente dúbia; mas a contradição é apenas aparente. O próprio Durkheim a esclarece numa nota ao pé da página:

“Aliás, por o crime ser um fato normal de sociologia, não devemos deixar de o odiar. Também a dor não tem nada de desejável; o indivíduo odeia-a tal como a sociedade odeia o crime e no entanto aquela faz parte da fisiologia normal. Não só deriva necessariamente

19. Giddens, Anthony: *As Idéias De Durkheim*, S. Paulo, ed. Cultrix, 1981, p. 19.

20. Durkheim, *As Regras do Met. Sociológico*, p. 119.

21. *ibidem*, p. 120.

22. *ibidem*, p. 121.

mente da própria constituição do ser vivo como desempenha um papel útil na vida, papel esse em que não pode ser substituído. Seria deformar singularmente nosso pensamento considerar que fazemos uma apologia do crime.”²³

É através deste raciocínio que se estabelece o papel do sociólogo como uma espécie de médico da moral. Desta forma, na analogia biológica de Durkheim,

“...se o crime é uma doença, a pena é o remédio para ele e não pode ser concebida de modo diferente; assim, todas as discussões que levanta incidem sobre a questão de saber em que deve consistir para desempenhar o seu papel de remédio.”²⁴

Portanto, o papel do sociólogo — bem como o de todos os que seguirem os trilhos seguros da ciência e da razão — consiste em

“trabalhar com uma perseverança constante para manter o estado normal, para o restabelecer no caso de se encontrar perturbado, e para redefinir as suas condições no caso de estas virem a modificar-se. O dever do homem de Estado deixa de consistir em empurrar violentamente para um ideal que se lhe afigura sedutor, para passar a assemelhar-se ao papel do médico: prevenir o desencadeamento das doenças através de uma boa higiene e uma vez que elas se declaram procurar curá-las.”²⁵

No nível individual, este paradigma médico-moral segue valendo para o detetive. Cumpriria ele o papel de um “leucócito da ordem” contra os “germes da anarquia”, os criminosos. Nessa tarefa, Holmes, além do auxílio permanente de seu assistente Watson, conta com as armas da razão e da ciência.²⁶

23. *ibidem*, p. 122, nota 45.

24. *ibidem*, p. 122.

25. *ibidem*, p. 123-124.

26. “Se exijo justiça para com minha arte, é porque é uma coisa impessoal, uma coisa fora de mim mesmo. O crime é comum. A lógica é rara.” in Doyle, C., *As Aventuras de Sherlock Holmes*, p. 198.

O que distinguiria os fenômenos “doentios” dos fenômenos “sadios”? Para Durkheim,

“a impotência para nos mantermos dentro dos limites determinados é, para todas as formas de atividade humana, e até mesmo, para todas as formas de atividade biológica, um sintoma de morbidez.”²⁷

Se a doença é um caso de excessos, a medicação consiste em regulá-los:

“Daí a necessidade de órgãos reguladores, que encerram o conjunto das nossas forças vitais dentro de justos limites.”²⁸

É somente através da autoridade das leis morais que os impulsos desenfreados são mantidos dentro de seus limites: cabe à moral

“a função de impedir o indivíduo de enveredar por domínios que lhe são interditos, e, de certo modo, não há nada de mais exato. A moral é um vasto sistema de proibições.”²⁹

Eis portanto que começa a delinear-se o imaginário comum ao romance policial e à sociologia positivista, um universo onde reina a razão positiva como parâmetro de racionalidade; como observa José Carlos Bruní:

“Racionalidade definida no interior de um ideal de medicalização integral da sociedade e que, apoiada na distinção básica entre o normal e o patológico, torna possível a retomada de todo um imaginário da peste, a recair sobre as figuras tidas como anormais.”³⁰

IV — A aparentemente insólita comparação que desenvolvemos acima, não tem o intuito de limitar-se meramente ao

27. Durkheim, Emile: *A Educação Moral* in *A Sociologia, A Educação E A Moral*, p. 138.

28. idem, p. 141.

29. ibidem, p. 142.

30. Bruní, José Carlos: “Foucault: o silêncio dos sujeitos” in *Tempo Social*, USP, 1989, p. 203.

ocioso exercício de alinhar coincidências. Isso porque não acreditamos tratarem-se de meras coincidências. São formas de atitude, de ação que — apesar de expressas em registros diferentes, o científico e o literário — inscrevem-se em um mesmo referencial comum, em um mesmo imaginário, e que através de sua comparação, permitem-nos visualizar melhor suas contradições e sua relação com a dinâmica social da época. Caracterizamos este imaginário através do que consideramos suas palavras-chave, a ordem, o progresso e o conhecimento racional (entendido como o conhecimento científico baseado em leis universais):

“Ciência ‘positiva’, operando com fatos objetivos e precisos ligados rigidamente por causa e efeito, e produzido ‘leis’ uniformes e invariantes além de qualquer possível modificação, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía”.³¹

Ou acreditava possuir . . .

As considerações sobre a moral, sobre a dicotomia normal/patológico e sobre o papel do sociólogo discutidas acima parecem-nos indicar a tendência normativa do pensamento de Durkheim. Tendência esta que acaba por apontar contradições em seu raciocínio. Em relação à distinção entre normal e patológico, todo fenômeno social é considerado normal quando vinculado às condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado. Planejamento e organização, bem como justiça social, por exemplo, são considerados normais em oposição à anarquia econômica e à exploração. Entretanto, estes últimos traços também são gerais em todas as sociedades existentes; sua anormalidade é dada antes em função de uma sociedade normal, integrada, idealizada no futuro e com uma existência latente no presente, do que em função do real estado presente das coisas.³² Ao considerar “o que deveria ser” como sendo “o que é”, o discurso que se quer, científico passa a resvalar perigosamente para o terreno da ideologia.

Voltemos ao crime. Durkheim afirma que o crime é útil, pois está ligado às condições indispensáveis para a evolução

31. Hobsbawm, Eric: *A Era Do Capital*, S. Paulo, ed. Paz e Terra, 1982, p. 278.

32. A esse respeito, vide Lukes, Steven: “Bases Para A interpretação de Durkheim”, item normal/patológico, in Cohn, Gabriel (org.): *Sociologia: Para Ler Os Clássicos*, Rio de Janeiro, ed. LTC, 1977.

normal da moral e do direito. A delinqüência, como a doença, estaria ligada à natureza das coisas — um excesso que deve ser regularizado e corrigido através da autoridade das leis morais. Se para Durkheim o criminoso é um agente regular da vida social, não é assim, entretanto, que ele aparece para o homem comum do século XIX: aqui ele aparece literalmente estigmatizado por uma moral rigorosa. Moral esta que foi produto de uma maciça campanha de moralização do povo no decorrer de todo o século XIX, pois, como aponta Michel Foucault, era

“absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e, da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes.”³³

Moral e estigmatização do delinqüente são fatores fundamentais para a utilidade do crime. O sistema carcerário e as instituições a ele ligadas, antes de corrigir ou eliminar os criminosos, os fabricam, como demonstra Foucault em *Vigiar e Punir*. Isto porque

“A delinqüência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinqüência. Sem delinqüência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente?”³⁴

Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*, lança mão de uma observação bastante dúbia (que por sinal ele não demonstra empiricamente) parecendo comprovar nas entrelinhas o raciocínio de Foucault:

“Por seu lado, o crime deve deixar de ser concebido como um mal que nunca é demais limitar; pelo con-

33. Foucault, Michel: “Sobre A Prisão” in *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, ed. Graal 1989, p. 133.

34. *ibidem*, pp. 137-138.

trário, em vez de nos felicitar-mos quando desce demasiado em relação ao nível habitual, podemos estar certos de que este progresso aparente é ao mesmo tempo anunciador e corolário de qualquer perturbação social. O número de ofensas corporais nunca desce tão baixo como durante uma época de miséria.”³⁵

Estaria Durkheim insinuando que a verdadeira utilidade do crime seria a de válvula de escape para estados de tensão social, potencialmente revolucionários, e que, portanto, diante da possibilidade de desagregação da sociedade, a convivência com o crime “normatizado”, passível de controle, é preferível?

As contradições provocadas pela dicotomia normal/patológico são mais evidentes no romance policial. Os complexos raciocínios exigidos do detetive não se justificam por simples crimes cometidos por criminosos comuns. A estetização do crime, por parte do romance policial, irá destinar à polícia oficial e ao criminoso comum o simples papel de coadjuvantes. O embate se dará entre o detetive (particular, que se dedica ao crime como hobby intelectual) e o vilão, ambos oriundos do mesmo estrato social e particularmente brilhantes, sendo o segundo, porém, moralmente deformado (quando existem deformações físicas, elas são signos externos dessa deformação interna). O crime, a partir do momento que é estilizado, transformado em arte (vide De Quincey, *Do Assassinato Como Uma Das Belas Artes*) não pode partir mais de criminosos comuns, oriundos da ralé: ao gênio do bem, o detetive, deve corresponder seu negativo, o gênio do mal. Os desenvolvimentos dessa linha do romance policial acabam descolando-o cada vez mais da realidade, circunscrevendo o crime a bucólicas mansões inglesas ou a mistérios tipo ‘crime-do-quarto-fechado’. A própria figura do detetive, é por sua vez, patológica de modo geral: prima pelos excessos. Excesso de inteligência, de informação, de virtuosismo. Ou, como no caso de Holmes, sua personalidade maníaco-depressiva que alterna estados de extrema excitação com estados de absoluta prostração, bem como sua misoginia, seu uso freqüente de cocaína e tabaco, seus absurdos solos de violino madrugadas adentro. O que o romance policial procura demonstrar através da onipotência da razão, é a impossibilidade do crime perfeito, a impossibilidade do crime sem punição — o crime não compensa — já que o delito é concebido pela ordem social como uma anomalia, uma violação à ordem natural das coisas:

35. Durkheim, *As Regras Do Método Sociológico*, p. 122.

“A literatura policial tem como principal função ideológica a demonstração da estranheza do crime. Caracterizando o criminoso como algo à parte, um ser estranho à razão natural da ordem social, o romance policial faz parte dessa pedagogia do poder que, através da diferenciação dos ilegalismos, constitui e define a delinqüência. O criminoso da ficção é alguém que não se reconhece como o sujeito desejado pela ordem social, sendo por isto necessário identificá-lo (resolvendo o engano) e puni-lo”.³⁶

V — A segunda metade do século XIX (incluindo a passagem para o século XX) foi um período particularmente impactante para a Ciência, de uma forma geral. As ciências físicas, bem como as biológicas, conquistaram notáveis desenvolvimentos e uma ampla divulgação, criando com isso uma impressionante aura de confiança no conhecimento científico. Entretanto, os abalos produzidos pela física, ocorridos na passagem do século (teoria quântica de Max Planck, 1900, teoria especial da relatividade de Einstein, 1905) só se fariam notar após a 1.ª Guerra Mundial, mas só no nível dos especialistas, porque o público leigo continuou com a imagem “positiva” do universo newtoniano: racional, causal, determinista. A ciência que mais floresceu nesse período foi sem dúvida nenhuma a química — metade dos profissionais engajados na ciência eram químicos.³⁷ Não por acaso era essa a especialidade de Holmes. A Filosofia e as ciências humanas formam um caso à parte. Na Filosofia, apesar da pluralidade de discussões, os grandes sistemas de referência nascidos no século XIX foram o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Comte (o marxismo era restrito aos círculos propriamente militantes até início do século).

As ciências humanas que se formaram no decorrer do século, se situariam, para Michel Foucault, nos interstícios de um triedro epistemológico formado pelo campo das ciências matemáticas e físicas, pelo campo das ciências da descontinuidade e analogia e pelo campo da reflexão epistemológica própria-

36. Sodré, Muniz: *Teoria da Literatura de Massa*, Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1978, p. 113. Podemos abrir aqui uma exceção para Arsène Lupin e Raffles que, apesar de estarem do outro lado da Lei, eram como que revivências do ideal do “bom bandido”, como Robin Hood, sendo, portanto, “moralmente” aceitos.

37. Segundo Eric Hobsbawm, op. cit., pp. 266-278.

mente dita. Esta precária localização no domínio epistemológico representa um perigo permanente no espaço do saber, em função da sua instável posição:

“O que explica a dificuldade das ‘ciências humanas’, sua precariedade, sua incerteza como ciências, sua perigosa familiaridade com a filosofia, seu apoio mal definido sobre outros domínios de saber, seu caráter sempre secundário e derivado, como também a sua pretensão ao universal, não é, como freqüentemente se diz, a extrema densidade de seu objeto; não é o estatuto metafísico ou a indestrutível transcendência desse homem de quem elas falam, mas, antes, a complexidade da configuração epistemológica onde se acham colocadas, sua relação constante com as três dimensões que lhes confere seu espaço (. . .) Talvez fosse melhor falar a seu propósito de posição ‘ana’ ou ‘hipoepistemológica’; se libertássemos esse último prefixo do que pode ter de pejorativo, ele explicaria sem dúvida as coisas: faria compreender que a invencível impressão de fluidez que deixam quase todas as ciências humanas não são senão o efeito de superfície daquilo que permite defini-las em sua positividade.”³⁸

As ciências humanas emprestariam seus modelos do domínio da biologia (função/norma), da economia (conflito/regra) e do estudo da linguagem (significação/sistema). Estes três pares de conceitos cobririam por completo o domínio inteiro de conhecimento do homem, permitindo a interpenetração e o intercruzamento das ciências humanas entre si e apagando muitas vezes as fronteiras entre elas. Atravessando estes pares de conceitos e dividindo-os, teríamos uma oposição entre dois pontos de vista, o da continuidade e o da descontinuidade:

“A existência dessa oposição se explica pelo caráter bipolar dos modelos: a análise em estilo de continuidade apóia-se na permanência das funções (que se encontra desde o fundo da vida numa identidade que autoriza e enraíza as adaptações sucessivas), no encadeamento dos conflitos (ainda que assumam for-

38. Foucault, Michel: *As Palavras E As Coisas*. S. Paulo, ed. Martins Fontes, 1987, pp. 365-372.

mas diversas, seu ruído de fundo não cessa jamais), na trama das significações (que se retomam umas às outras e constituem como que a superfície de um discurso); a análise das descontinuidades, ao contrário, procura antes fazer surgir a coerência interna dos sistemas significantes, a especificidade dos conjuntos de regras e o caráter de decisão que elas assumem em relação ao que deve ser regulado, a emergência da norma acima das oscilações funcionais.”³⁹

Enquanto predominou a análise focada sobre a continuidade (e que se apoiava na prevalência do tripé formado pelos primeiros termos dos pares em oposição, função-conflito-significação) era efetivamente necessária a distinção entre o normal e o patológico⁴⁰. A passagem para o século XX altera este panorama a partir do momento em que passou-se a conferir maior importância e influência ao segundo termo dos pares em oposição, a tríade norma-regra-sistema. A partir deste momento, em que cada conjunto passa a receber coerência e realidade *internamente*, conceitos como “consciência mórbida”, “mentalidade primitiva”, “discurso não-significativo” passam a ser descartados:

“Ao pluralizar-se — visto que os sistemas são isolados, que as regras formam conjuntos fechados e que as normas se estabelecem na sua autonomia — o campo das ciências humanas achou-se unificado: deixou, de imediato, de estar cindido segundo uma dicotomia de valores. E se lembrou que Freud, mais que qualquer outro, aproximou o conhecimento do homem de seu modelo filológico e lingüístico, mas que

39. *ibidem*, p. 376.

40. *ibidem*, p. 377: “... era então preciso separar de fato os funcionamentos normais daqueles que não o eram; admitia-se, assim, uma psicologia patológica bem ao lado da normal, mas para ser como que sua imagem invertida (daí a importância do esquema jacksoniano da desintegração em Ribot ou Janet); admitia-se também uma patologia das sociedades (Durkheim), das formas irracionais e quase mórbidas de crenças ((Lévy-Bruhl, Blondel); do mesmo modo, enquanto o ponto de vista do conflito prevalecia sobre o da regra, supunha-se que certos conflitos não podiam ser superados, que os indivíduos e as sociedades corriam o risco de neles soçobrar; enfim, enquanto o ponto de vista da significação prevalecia sobre o do sistema, separava-se o significativo e o não-significativo, admitia-se que em certos domínios do comportamento humano ou do espaço social havia sentido e que em outros não.”

foi também o primeiro a tentar apagar radicalmente a divisão entre o positivo e o negativo (o normal e o patológico, o compreensível e o incomunicável, o signifiante e o não-signifiante), compreende-se de que modo anuncia ele a passagem de uma análise em termos de norma, de regras e de sistemas: e é assim que todo esse saber, em cujo interior a cultura ocidental se proveu, em um século, de uma certa imagem do homem, gira em torno da obra de Freud, sem contudo sair de sua disposição fundamental.”⁴¹

A obra de Freud como referencial novo para as ciências humanas também é relevada num artigo de Carlo Ginzburg, onde ele analisa a estratégia psicanalítica conjuntamente com as idéias de um historiador da arte, Morelli, e com os métodos de investigação de Sherlock Homes:

“Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).”⁴²

Assim, a idéia de totalidade não é abandonada, apesar da decadência do pensamento sistematizante. A profunda conexão que explica os fenômenos superficiais — sinais, indícios — os transformam em zonas privilegiadas que permitem decifrar uma realidade que tornou-se opaca, em oposição à clareza da realidade do pensamento positivista:

41. Foucault, M., *As Palavras E As Coisas*, p. 378.

42. Ginzburg, Carlo: *Mitos Emblemas Sinais — Morfologia e História*, S. Paulo, ed. Companhia das Letras, 1989, p. 150. Na mesma página e na seguinte: “Como se explica esta tripla analogia? A resposta, a primeira vista, é muito simples. Freud era médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo (...). Não se trata simplesmente de coincidências biográficas. No final do séc. XIX — mais precisamente, na década de 1870-1880 —, começou a se firmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica.” O que nos remete ao mesmo tempo para o interior do imaginário de “medicalização de sociedade” e para a mudança de contexto epistemológico apontada por Foucault.

“Uma disciplina como a psicanálise constitui-se, como vimos, em torno da hipótese de que pormenores aparentemente negligenciáveis pudessem revelar fenômenos profundos de notável alcance. A decadência do pensamento sistemático veio acompanhada pelo destino do pensamento aforismático — de Nietzsche à Adorno. O próprio termo ‘aforismático’ — é revelador (é um indício, um sintoma, um sinal: do paradigma não se escapa)” .43

Mas até que ponto este “paradigma indiciário” pode ser rigoroso? Pergunta relevante, já que as ciências humanas até então equilibravam-se sobre o desagradável dilema de assumir um estatuto científico forte, chegando porém a resultados pouco relevantes (o que tornava sua contribuição desprezível) ou assumir um estatuto científico mais frágil para chegar a resultados relevantes (o que expunha estes resultados a ataques dos mais diversos das ciências já constituídas e da Filosofia). Para Ginzburg, o paradigma indiciário reveste-se de um caráter diferente; o rigor tradicional é não só inatingível como também indesejável quando trata-se de formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana, o que transforma o rigor do paradigma indiciário num rigor por assim dizer, “flexível”:

“Em situações como essas, o rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas — no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) *elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição*” .44

Esta observação de Ginzburg aponta para as contraditórias relações entre intuição e razão que se davam em fins do século XIX, sem porém cair no discurso dos diversos irracionalismos da época. O século XX verá com descrédito crescente um conceito de “razão pura”, capaz de explicar um mundo que, em tese, seria transparente a esse mesmo conceito. A busca de

43. Ginzburg, C., op. cit., p. 178.

44. idem, p. 179, grifo nosso.

um rigor “flexível” (do qual os tipos ideais de Weber na sociologia podem ser considerados os precursores) e de uma redefinição do papel da razão (um dos temas por excelência da Escola de Frankfurt) tornam-se o centro de discussão na sociologia e nas ciências do homem em geral, ocasionando as tão prolapadas “crises” que, a levar-se em conta Foucault, Ginzburg e outros, antes de serem conjunturais sejam intrínsecas às ciências humanas.

VI — Tal qual a Sociologia, o romance policial também estava à procura de sua identidade, não passando impunemente, portanto, por esta discussão acerca da razão. As mudanças no contexto sócio-cultural irão influenciar profundamente o gênero, proporcionando uma radical mudança em sua estrutura narrativa:

“Em resumo, pode-se dizer que na primeira fase do romance policial a busca do assassino corresponde à busca da identidade humana, cujos contornos históricos se fragmentam. Poe está preocupado com as multidões nas cidades. É o período da primeira modernidade, e a identidade do assassino é a grande questão num mundo que começa a ver seus valores mais caros se desintegrarem. Na segunda fase, o romance policial rompe com a tradição discursiva e intelectualista que o consagrara anteriormente. A dificuldade de narrar coincide com os impasses históricos das sociedades ocidentais. A versão do fato é substituída por sua ação propriamente dita, numa técnica cinematográfica que acentua os lances grotescos e sangrentos através do hiper-realismo das cenas.”⁴⁵

Ilustrativos dessa nova fase seriam o “roman noir” de Dashiell Hammet e seus seguidores Raymond Chandler, David Goodis, James M. Cain na América e os livros de Georges Simenon com o personagem do inspetor Maigret, na Europa.

Hammet e seus seguidores devolvem o crime aos profissionais — seus livros transbordam de gangstêrs, policiais corruptos, prostitutas, jogatinas, drogas. Movendo-se nesse meio, o “herói” encarnado pelo detetive pouco faz para se distinguir

45. Khéde, Sônia Salomão: “A Quem Interessa O Crime? ou: O Romance Policial à procura de sua identidade” in Zilberman, Regina (org.), *Os Preferidos do Público*, Rio de Janeiro, Vozes, 1987, pp. 46-47.

dele; na maior parte das vezes, também é amoral, violento e profundamente pessimista em relação à sociedade, como o Sam Spade de Hammet ou o Philip Marlowe de Chandler, que invertem o diagnóstico proposto por Durkheim:

“Não temos quadrilhas e sindicatos de crime e gangsters por causa de políticos corruptos e seus asseclas na Câmara e na Justiça. *Crime não é uma doença, é um sintoma.* Policiais são como médicos que nos dão aspirina quando temos um tumor na cabeça, só que o policial preferiria curá-lo com uma porrada. Nós somos um povo grande, duro, rico, selvagem e o crime é o preço que pagamos por isso, e crime organizado é o preço que pagamos pela organização. O crime continuará conosco por muito tempo. Crime organizado é apenas o lado sujo do brilhante dólar.”⁴⁶

A seu modo, esta vertente da literatura policial aponta para a barbárie na medida em que mostra os mecanismos do crime como totalmente integrados à lógica da moderna civilização capitalista.

Já em Simenon, o dilema passa do plano macrossociológico do “roman noir” para o dilema microssociológico da moral pessoal, encarnando-se na figura do inspetor Maigret. Maigret não é um detetive cínico e amoral cercado de mulheres fatais; é um pequeno burguês típico, bem casado, instalado dentro do aparelho policial oficial. Apesar disto, está perfeitamente consciente dos limites, sejam racionais, sejam sociais, da Justiça; não consegue muitas vezes se impedir de sentir simpatia pelos criminosos (que nos romances de Simenon são geralmente pessoas comuns). É um sentimental que chega a ter momentos de depressão, quando desejaria ter outra profissão. Nada de achados inusitados, de deduções brilhantes — para Maigret, o mais importante é a atmosfera do crime. Por outro lado, como observa Muniz Sodré a respeito de Simenon:

“É verdade que seu comissário Maigret pode prender determinados infratores da lei e induzir o leitor a um sentimento de piedade para com o assassino ou o violador da lei, substituindo a pirotécnica da dedução analítica pela simpatia humanista ou pela intuição

46. Chandler, Raymond: *O Longo Adeus*, S. Paulo, Brasiliense, 1984, p. 308, grifo nosso.

bonachã. Mas também é verdade que essa associação de um certo tipo de criminoso ao comportamento comunitário habitual faz parte de uma ideologia penalista, de fundo liberal-reformista.”⁴⁷

Independentemente de juízos de valor estético ou ideológico, sejam pró ou contra, o que importa ressaltar a esta altura é a mudança que ocorre nos modelos da literatura policial. A dedução passa cada vez mais a ser superada pela intuição — a bipolaridade normal/patológico a qual correspondia um detetive dedutivo como Holmes passa a ser substituída pela bipolaridade consciente/inconsciente, a qual corresponde um detetive intuitivo como Maigret. A lógica cede lugar ao acaso, os fatos aos indícios; o detetive (principalmente no “roman noir”) atua cada vez menos sobre os acontecimentos, já que agora são estes que atuam muito mais sobre ele. É para a imperfeição, para a fragmentação, para a arbitrariedade da Ordem que estes novos modelos apontam. Nesses romances, as fronteiras entre o criminoso e o detetive se diluem, não importando mais de que lado da Justiça se está: isso porque o detetive, que deveria ser o agente ordenador, não mais acredita na “Ordem”.

VII — A ciência, para constituir-se como tal, precisa ir contra o senso comum, contra o pré-conceito, contra todas as formas de conhecimento anterior baseadas na pura experiência e espontaneidade:

“O senso comum é um ‘conhecimento’ que pensa o que existe tal como existe e cuja função é a de reconciliar a todo custo a consciência comum consigo mesma. É, pois, um pensamento necessariamente conservador e fixista. A ciência, para se constituir, tem de romper com estas evidências e com o ‘código de leitura’ do real que elas constituem...”⁴⁸

É nesse sentido que se encaminha o trabalho de Durkheim com a sociologia, na criação de um campo conceitual válido que a justifique como ciência. Podemos assim compreender suas críticas a Comte e a vulgarização do pensamento que se pretendia sociológico. Por outro lado, livrar-se das noções vulgares

47. Sodré, Muniz, *Teoria da Literatura de Massa*, p. 117.

48. Santos, Boaventura de Souza: *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989, p. 32.

do senso comum é extremamente difícil, ainda mais num campo onde todos julgam-se competentes para opinar. Some-se a isso a ampla divulgação de um conhecimento científico vulgarizado, contribuindo ainda mais para fazer confluir num mesmo imaginário a ciência e o senso comum.

Esta confluência, porém, durou pouco. Novas noções, bem mais complexas, vieram a substituir na ciência as antigas noções válidas para o evolucionismo, o positivismo e a física newtoniana. O hermetismo destes novos conceitos passará a opor cada o senso comum é cada vez mais o de uma "pseudo" ciência, que reteria desta principalmente o que ela possui de pragmático, e que se oporia à ciência que procura cada vez mais

“uma relação feita de distância, estranhamento mútuo e de subordinação total do objeto ao sujeito (um objeto sem criatividade nem responsabilidade); um paradigma que pressupõe uma única forma de conhecimento válido, o conhecimento científico, cuja validade reside na objetividade de que decorre a separação entre teoria e prática, entre ciência e ética (. . .) um paradigma que se orienta pelos princípios da racionalidade formal ou instrumental, irresponsabilizando-se da eventual irracionalidade substantiva ou final das orientações ou das aplicações técnicas do conhecimento que produz; finalmente um paradigma que produz um discurso que se pretende vigoroso, antiliterário, sem imagens nem metáforas, analogias ou outras figuras de retórica, mas que, com isso, corre o risco de se tornar, mesmo quando falha na pretensão, um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade”.⁴⁹

Mas, e o que acontece aos discursos normais que continuam circulando dentro da sociedade? Os paradigmas, ao mesmo tempo que organizam o campo interno da ciência, são também os limites que desclassificam o que lhes é externo. Assim, a ciência reclama para si o privilégio da verdade, na medida em que a identifica ao discurso racional, empurrando os demais discursos para a vala comum da irracionalidade e da ilusão. Mas até que ponto esta afirmativa pode ser considerada? Até que

49. idem, pp. 34-35.

ponto os demais discursos que circulam na sociedade — de senso comum, artístico etc. — carecem de verdade, só por não se articularem segundo o modelo racional da ciência? Essa é uma pergunta antiga, que de Nietzsche até hoje já ocupou muitos pensadores. Podemos, por outro lado, inverter a questão: em que medida a ciência, ao se diferenciar e isolar dos discursos normais que circulam dentro da sociedade, pode se aperceber e dar conta das contradições e crises provocadas pela dinâmica dessa mesma sociedade? Talvez venha daí o caráter por vezes visionário da literatura, capaz algumas vezes de mostrar antecipadamente as contradições da sociedade ou os indícios da crise, pelo simples fato de não estar atrelada ao rigor formal da ciência.

Quando consideramos a sociologia de Durkheim como sendo a sociologia da ordem, é porque boa parte de seu arcabouço conceitual está voltado para ela, no sentido de alcançá-la, mantê-la ou aperfeiçoá-la. Por ser um discurso rigidamente estruturado de acordo com conceitos racionais, dificilmente deixa entrever contradições ou aporias. Para questioná-lo é necessário ou um intenso trabalho de reconstrução lógica de seu pensamento, procurando uma falha nele (crítica interna) ou partir para a contestação dos paradigmas em que ele se apóia (crítica externa). Com Conan Doyle, em que o discurso perpassa por um certo tipo de racionalidade tida como científica, mas que não se apóia em seus paradigmas para articular-se como linguagem, as coisas transcorrem de modo diferente: as contradições saltam do próprio discurso. Sua própria trajetória pessoal ilustra bem estas contradições. Médico formado, homem culto com amplo conhecimento científico, cria um personagem — Holmes — guiado pela lógica, às voltas com os transgressores da Lei (Ordem), aos quais combate sem tréguas, amparado no conhecimento científico, na racionalidade. Um personagem tão prosaico que recomenda à seu assistente Watson:

“Esta agência está firme sobre o chão e aí deve permanecer. O mundo é bastante grande para nós. Não há necessidade de se procurar fantasmas.”⁵⁰

Nos últimos vinte anos de sua vida, porém, Conan Doyle torna-se estudioso e divulgador do espiritismo, escrevendo alguns livros sobre o assunto. Teria começado a duvidar da efi-

50. Doyle, Conan: *Histórias de Sherlock Holmes*, Rio de Janeiro, 1986, Francisco Alves, p. 81.

cácia da Razão e da Ordem, ou, pelo contrário, teria levado a paixão por elas ao extremo de procurá-las no outro mundo? Ou, estendendo seus ramos de conhecimento, buscava pragmaticamente uma posição de meio-termo em relação à Razão, seguindo a recomendação do ditado “Eu não creio em bruxas, mas que elas existem, existem.”?

Não sabemos. Porém, com certeza, persiste desde as primeiras histórias de Sherlock Holmes uma certa dubiedade de Conan Doyle com relação à Razão, como se ele intuísse que as relações entre racionalidade e irracionalidade fossem mais complexas do que aparentavam ser à primeira vista. Na dupla Holmes e Watson, este cumpre não só o papel de narrador, como também o de pólo de identificação com o leitor: quando Holmes dirige-se para Watson explicando suas deduções, está na verdade dirigindo-se ao leitor. Watson é um tipo comum; veja os pensamentos que Conan Doyle exprime através dele:

“Não haveria, pensava eu, algum erro fundamental no raciocínio do meu companheiro? Não estaria sendo vítima de uma grande ilusão forjada por ele próprio? Não seria possível que o seu espírito ágil e especulativo tivesse construído aquela hipótese com falsas premissas? Eu nunca o vira enganar-se, mas às vezes até o mais sutil dos raciocinadores comete um engano. Ocorria-me, também, a probabilidade de que a própria sutileza de sua argumentação pudesse induzi-lo ao erro... de que ele por inclinação natural tivesse preferido uma explicação bizarra e complexa, quando outra, mais simples e comum, estivesse ao seu alcance.”⁵¹

Esse ceticismo reticente se amplia com o tempo, contaminando o próprio Holmes. Talvez impotência — porque não dizer, o medo — de Conan Doyle em viver num mundo sem nenhuma Ordem ou Razão, sejam elas humanas ou divinas, o levasse a pôr nos lábios de seu personagem uma frase como esta, em uma das últimas histórias de Holmes

“Para que serve este círculo de miséria, violência e medo? Tem que ter um fim, ou nosso mundo é governado pelo acaso, o que é impensável. Mas, que fim? Eis aí o grande e eterno problema para o qual

51. Doyle, Conan: *O Signo dos Quatro*, p. 88.

a razão humana está longe de solução, como sempre.”⁵²

Para Durkheim, era uma convicção científica baseada em premissas racionais a Ordem como estado “normal” da sociedade. Para Conan Doyle, acreditamos que era mais uma crença que buscava seu apoio ora na ciência, ora na religião, ora no senso comum, uma crença que não era só dele e que ajudava as pessoas a viverem num mundo que se revolucionava por todos os lados. As contradições, por mais escondidas que estejam em seus textos, são o testemunho desse choque entre o desejado e o existente.

Conciliar o rigor da ciência à intuitividade da arte ou à espontaneidade do senso comum, fundando um novo tipo de conhecimento — eis um desejo que se esboça, guardadas as diferenças, desde o Nietzsche do Nascimento da Tragédia passando por Adorno e Horkheimer da Dialética do Iluminismo até o “rigor flexível” de Ginzburg. Nessa época em que vivemos um novo momento de “crise” dos paradigmas, talvez a melhor forma de encerrar este pequeno conjunto de reflexões e perplexidades aqui reunidos seja apontar para frente, endossando a dupla ruptura proposta por Boaventura de Souza Santos:

“Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com esta dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproxima da *phronesis* aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem. Aproximando-se embora da *phronesis* aristotélica, a nova configuração do saber distingue-se contudo dela. A *phronesis* combinava o caráter prático e prudente do senso comum com o caráter segregado e elitista da ciência, uma vez que é um saber que só cabe aos mais esclarecidos, isto é, aos sábios. A dupla ruptura epistemológica tem por objeto criar uma forma de conhecimento, ou melhor,

52. Doyle, Conan: *Os Últimos Casos de Sherlock Holmes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, p. 58.

uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixa de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixa de estar democraticamente distribuída.”⁵³

Cem anos se passaram e estamos vivendo outra virada de século. Diante das novas formas de irracionalismo que povoam o horizonte de nossa época, esta proposta é mais do que bem-vinda.

BIBLIOGRAFIA

1. FILOSOFIA, HISTÓRIA, CIÊNCIAS SOCIAIS

- BRUNI, José Carlos: “Foucault: o silêncio dos sujeitos” in *Tempo Social*, USP, São Paulo, 1.º sem., 1989.
- COMTE, Augusto: *Curso de Filosofia Positiva* in GIANNOTTI, J.A. (org.) *Os Pensadores — Comte*, São Paulo, ed. Abril, 1983.
- DURKHEIM, Emile: *As Regras do Método Sociológico e da Divisão do Trabalho Social* in GIANNOTTI, J.A. (org.) *Os Pensadores — Durkheim*, São Paulo, ed. Abril, 1978.
- : *A Educação Moral* in *A Sociologia, A Educação e A Moral*.
- FOUCAULT, Michel: *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, ed. Martins Fontes, 1987.
- : *Vigiar e Punir*, Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- : “Sobre a Prisão” in *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, ed. Graal, 1989. (organização de Roberto Machado).
- GIDDENS, Anthony: *As Idéias de Durkheim*, São Paulo, ed. Cultrix, 1981.
- GINZBURG, Carlo: “Sinais — raízes de um paradigma indiciário” in *Mitos Emblemas Sinais — Morfologia e História*, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSBAM, Eric: *A Era do Capital*, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1989.
- : *A Era dos Impérios*, São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- LUKES, Steven: “Bases para a interpretação de Durkheim” in COHN, Gabriel (org.), *Sociologia: Para Ler os Clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- SANTOS, Boaventura de Souza: *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Rio de Janeiro, ed. Graal, 1989.

II. TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA

- BORGES, Jorge Luis: “O Conto Policial” in *Cinco Visões Pessoais*, Brasília, UNB, 1985.

53. Santos, Boaventura S., op. cit., pp. 41-42.

- CORTÁZAR, Julio: "Poe — O Poeta, O Narrador, O Crítico" in *Valise de Cronópio*, São Paulo, ed. Perspectiva, 1974.
- KHÉDE, Sonia Salomão: "A Quem Interessa O Crime? ou: O Romance Policial A Procura De Sua Identidade" in ZILBERMAN, Regina, *Os Pre feridos Do Público*, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1987.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, Paulo de: *O Mundo Emocionante do Romance Policial*, Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1979.
- REIMÃO, Sandra Lúcia: *O Que É Romance Policial*, São Paulo, ed. Brasiliense, 1983.
- SODRÉ, Muniz: *Teoria da Literatura de Massa*, Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1978.

III. FICÇÃO

- CHANDLER, Raymond: *O Longo Adeus*, São Paulo, ed. Brasiliense, 1984.
- DOYLE, Artur Conan: *Um Estudo Em Vermelho*, Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 1989.
- : *As Aventuras de Sherlock Holmes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- : *Histórias de Sherlock Holmes*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- : *Os últimos Casos de Sherlock Holmes*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- : *O Sigo dos Quatro*, São Paulo, Melhoramentos, 1988.